



Assembleia Municipal das Velas

ATA Nº4

-----Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze.-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, freguesia das Velas, deu-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal do Concelho das Velas presidida pela senhora Maria Isabel Góis Teixeira, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1- **Aprovação das Atas n.º2 e n.º3;**-----

-----2- **Informação Escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do nº1 do artigo 2º deste Regimento;**-----

-----3- **Regularização do saldo devedor ao abastecimento de água e recolha do lixo do munícipe José Luís Maciel;**-----

-----4- **Proposta de celebração de protocolo com a Freguesia da Urzelina para a cedência de apartamentos “Urzelina Férias”;**-----

-----5- **Celebração de acordos de execução individuais com as Juntas de Freguesia: Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e St. Amaro;**-----

-----6- **Celebração de contratos interadministrativos individuais com as Juntas de Freguesia: Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e St. Amaro;**-----

-----A Presidente fez o enquadramento legal da sessão, explicando que é uma sessão ordinária que se realiza em fevereiro, como o estipulado pela Lei n.º75/2013, e que a convocatória enviada, que alude à presente sessão, está em conformidade com o artigo 18º do regimento em vigor.-----

-----Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada do membro Paulo César Azevedo Silva. mencionou que, para substituir o deputado que se encontra ausente, foi convocado o elemento da lista do Partido Social Democrata que se encontra colocado imediatamente a seguir: senhor Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira. A Presidente solicitou ao deputado mencionado, que ainda não tinha tomado posse como membro da Assembleia, que após a leitura da ata de



Assembleia Municipal das Velas

tomada de posse, pela primeira secretária, a assinasse. A Presidente deu então as boas vindas ao novo membro e pediu que a senhora primeira secretária procedesse à **chamada dos senhores deputados municipais.**-----

-----Confirmou-se a presença dos deputados municipais Maria Isabel Góis Teixeira, João Manuel Estrela Maciel, Maria de Fátima da Silveira, António Manuel da Silveira Azevedo, Maria da Luz Silva das Graças, José Júlio Maciel Rodrigues, Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira, Fernandino Bettencourt de Simas, Rui Miguel Vieira de Sequeira, Liliana Isabel Melo Maciel Almeida, Armando Manuel Gambão Soares Cordeiro Bettencourt, Rosa do Céu Batista Pinto, Cátia Filipa Vieira da Cunha Coquete, André Miguel da Silveira, José Luís Dias Bettencourt, Fernando Jorge Pereira, Vasco Filipe Pinto Azevedo, André Filipe Galego Ataíde, Rúben Fernandes Alves Serpa, Alberto Manuel Soares Almeida e Hélio Silveira da Rosa.-----

-----**Verificada a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se que havia quórum, dando-se assim início à sessão.**-----

-----A Presidente da Assembleia pediu que, de acordo com o art.24.º do regimento, se incluísse na ordem de trabalhos três propostas do executivo, apresentadas fora da ordem do dia, sendo elas: Atribuição da remuneração complementar; Primeira revisão ao orçamento de 2014; Atribuição da medalha de prata do Município. Colocou à consideração dos deputados a inserção dos três pontos na ordem do dia e, não havendo oposição, esta inclusão foi aprovada unanimidade, acrescentando três pontos à **ordem do dia:**-----

-----**7- Atribuição da Remuneração Complementar;**-----

-----**8- Primeira Revisão ao Orçamento de 2014;**-----

-----**9- Atribuição da medalha de prata do Município.**-----

-----A Presidente da Assembleia proferiu que receberam um ofício do Município a solicitar a **deliberação em minuta dos pontos três, quatro, cinco, seis, sete e oito** da ordem do dia. Perguntou aos deputados se concordavam com a aprovação destes pontos em minuta e na ausência de inscrições ficou **aprovado por unanimidade.**-----



Assembleia Municipal das Velas

-----A Presidente procedeu à leitura da ordem do dia e deu início ao período **antes da ordem do dia**. Explicou que, de acordo com o art.21.º do regimento em vigor, quer as sessões ordinárias quer as extraordinárias, têm um período de «antes da ordem do dia», o período da «ordem do dia» e o período de «intervenção do público». Explicou que o período antes da ordem do dia implica o tratamento de assuntos de interesse para o Município e que a primeira fase é o período para «assuntos internos e administrativos da própria Assembleia». Deste modo, informou que se iniciava o período para os assuntos internos e administrativos da própria Assembleia pelo que procedeu à **leitura da correspondência recebida**:-----

1- Atas das reuniões de Câmara de 13 e 27 de dezembro de 2013 e de 10, 24 de janeiro e 7 de fevereiro de 2014;-----

2- Jornais do STAL, da Voz das Misericórdias e da Associação Portuguesa dos Deficientes;-----

3- E-mail da ANMP. Assunto: Início de funções como secretário-geral da Associação, oferecendo a sua disponibilidade e serviços em prol dos municípios e cidadãos;-----

4- Ofício da Assembleia Municipal da Calheta. Nomeação dos membros para o Conselho de Ilha;-----

5- E-mail do Sindicato de Professores da Região Açores com nomeação do membro para integrar o Conselho de Ilha;-----

6- E-mail da UGT-A, quanto ao mesmo assunto, a indicar o membro do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;-----

7- Ofício do Município de Velas a dar conhecimento do edital que estabelece o horário de atendimento presencial do Presidente e vereadores aos munícipes e instituições;-----

8- Ofício do grupo parlamentar do CDS-PP. Envio de nota de imprensa “Proposta do CDS-PP aprovada – Filarmónicas dos Açores com mais e melhores apoios”;-----

9- Convite da EBS de Velas para as atividades de final de ano letivo, no dia 31 de janeiro às 19h30;-----

10- Ofício da CMV com a deliberação da reunião de Câmara quanto à regularização do saldo devedor do abastecimento de água e recolha de lixo;-----

11- Ofício da CMV com o texto da conferência de imprensa de 27 de janeiro;-----



Assembleia Municipal das Velas

- 12- E-mail da Associação 25 de abril sobre as comemorações do 40º aniversário da Associação 25 de abril;-----
- 13- E-mail da troca de informações entre o município de Leiria e a ANMP;-----
- 14- Ofício da Santa Casa da Misericórdia sobre a tomada de posse dos novos corpos gerentes eleitos e consequente disponibilidade para cooperar e colaborar;-----
- 15- Ofício da ANMP a convidar para participação num seminário que teve lugar em Coimbra no dia 13 de fevereiro;-----
- 16- Ofício da Câmara Municipal de Elvas com uma moção para defesa dos doentes oncológicos;-----
- 17- Convocatória para a reunião da Associação de Municípios do Triângulo;-----
- 18- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Velas enviou o modelo de Recolha de Dados e relatório de atividades de 2013;-----
- 19- Convite da Junta de Freguesia das Velas para visitar as obras que têm realizado. A qual ficou confirmada para o dia 6 de março pelas 14.00horas;-----
- 20- O Grupo Parlamentar os Verdes remeteu questão sobre o encerramento da Repartição de Finanças dirigida ao Ministério das Finanças;-----
- A Presidente colocou a correspondência à disposição dos deputados e questionou se algum deputado se queria inscrever para dar alguma informação ou apresentar alguma proposta ou requerimento que se insira no período antes da ordem do dia.-----
- Inscreveu-se o **deputado municipal António Azevedo** que apresentou um requerimento do grupo municipal do PSD, seguindo-se a leitura do mesmo. Este foi entregue à mesa da Assembleia e tinha por objeto questões sobre a reestruturação da Escola Profissional da Ilha de São Jorge e sobre o ativo e o passivo da mesma.-----
- A Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Presidente do Executivo**, que informou que irá responder por escrito, mas prestando alguns esclarecimentos, nomeadamente informou que o Município é sócio maioritário da ADISJ mas que não quis a maioria no Conselho Executivo pelo que são os sócios minoritários quem tem a maioria, e que criaram uma Comissão para fazer a reestruturação da Escola Profissional. Explicou que a reestruturação passa pela diminuição da despesa, designadamente com



Assembleia Municipal das Velas

alterações nos quadros, contando com a participação de todos e terminando com o resultado das conversações com o Governo Regional dos Açores.-----

-----O **deputado municipal António Azevedo** questionou se o Presidente falou em redução da despesa para se referir a despedimentos e, se fosse o caso, se não haveria forma de evitar essa situação, designadamente através da Quinta da ADISJ.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que a Quinta, comparativamente ao passado, já está muito diferente e que a Câmara tem uma ligação estreita na requalificação da mesma; as estufas estão recuperadas, algumas já estão a produzir, e já têm alguns interessados para compra da produção agrícola; quanto ao restaurante e hospedaria, explicou que existem situações pendentes com contratos da hospedaria e material do restaurante, pelo que estão a estabelecer contactos com os possíveis responsáveis, acompanhados por uma advogada. O Presidente referiu que a Escola Profissional da Ilha de São Jorge é a Escola Profissional dos Açores que alberga mais docentes efetivos no quadro, o que não é comportável por isso terão de analisar quer essa situação quer a situação do pessoal não docente, exaltando as qualificações dos mesmos. Terminou explicando que é a comissão que formaram para o efeito que vai decidir as medidas para a reestruturação da Escola.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Luís Pereira** que exprimiu as suas preocupações no que concerne ao estacionamento na zona histórica das Velas em sítios que é proibido estacionar, nomeadamente nos passeios, e quanto à falta de segurança da obra da Casa Cunha da Silveira, porque não está acautelada a circulação na via, colocando as pessoas, e sobretudo as crianças visto que é perto de uma Escola, em perigo.-----

-----A **Presidente da Assembleia** informou que as questões se incluem no período dos assuntos de interesse geral do Município, porém deu a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** respondeu que, quanto ao estacionamento na zona histórica das Velas, não cabe ao Município fazer a fiscalização do estacionamento indevido pois esse é do âmbito de competência das forças de segurança, da PSP e da GNR. Elucidou que a competência do Município prende-se com a disponibilidade de



Assembleia Municipal das Velas

sítios para o fazer, o que importa um problema de fundo de falta de estacionamento. Informou que a Comissão de Trânsito já está constituída e vai reunir no próximo mês de março, pelo que irão abordar o problema, conquanto referiu que não pode limitar o estacionamento sem oferecer soluções. Relativamente à Casa Cunha da Silveira, explanou que é uma obra que foi adjudicada pelo anterior executivo, mas que já está num nível avançado e pretendem terminá-la o mais rapidamente possível visto que, se for executada até ao mês de maio recebem 95% a fundo perdido. Quanto ao problema da circulação no passeio, em concreto, explicou que não pretendem isentar-se de responsabilidades mas que já colocaram esse tópico ao empreiteiro que lhes justificou que houve uma falha, pois não deixaram uma passagem para a circulação das pessoas debaixo dos andaimes, todavia no mês de março ou meados de abril irão concluir as fachadas e, sucessivamente retirar os andaimes.-----

-----Nenhuma bancada se quis inscrever pelo que **a Presidente** passou para o período de intervenção do público, questionando se alguém do público presente queria intervir. Como não houve inscrições a Presidente passou para o período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por parte dos deputados municipais. Informou que o respetivo período tem a duração de uma hora, que seria distribuída equitativamente pelos intervenientes inscritos. Convidou os grupos municipais a inscreverem os deputados para fazerem uso da palavra.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Luís Bettencourt** que congratulou a rapidez com que o Executivo resolveu o problema dos buracos na Estrada dos Casteletes e questionou como será feita a manutenção do Campo da Urzelina de modo a que não aconteça o mesmo que com o Campo Municipal das Velas, está a decair, apesar de saber que há planos para a manutenção deste último aquando da obra do pavilhão de judo, só não sabem quando será. Enunciou que não há ninguém a fazer manutenção no campo da Urzelina, para além das equipas do futebol.-----

-----O **Presidente do Executivo** tomou a palavra para informar que relativamente à Estrada dos Casteletes tentaram de imediato resolver a situação, num trabalho feito em colaboração com a Junta de Freguesia da Urzelina e com os Serviços Florestais. No entanto a ondulação forte que se seguiu voltou a abrir o buraco na estrada e terá de



Assembleia Municipal das Velas

[Handwritten signature in blue ink]

haver uma intervenção maior do que a pensada, por isso aguardam uma resposta em relação a essa matéria. No respeitante ao campo de futebol, informou que teve uma reunião com a presidente do Futebol da Urzelina que pediu uma intervenção nos balneários, que se concretizará, assim como quanto às bancadas, e a manutenção do campo que é feita pela Câmara e está a ser resolvida. Adiantou que, quanto ao Campo Municipal das Velas, o Município apresentou uma candidatura para a remodelação do mesmo em conjunto com a construção do pavilhão de judo mas receberam uma circular da vice-presidência do Governo a dizer que as obras que foram candidatas até ao final do ano passado terão de ser adjudicadas até trinta e um de março, mas apenas admitem obras das Câmaras que têm *plafond* disponível no momento para as executar, recebendo posteriormente o dinheiro, e que o orçamento da Câmara para este ano só permite adjudicar a obra do auditório e da Escola, que já abriu concurso público, eliminando a adjudicação da obra do Campo de Futebol. Assim sendo, estão a tentar que o Governo faça esta obra porque no âmbito do próximo quadro comunitário não poderão candidatar obras de natureza desportiva. Concluiu dizendo que estão à espera de respostas.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Rúben Serpa** que informou que na passada reunião entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo Amaro, no dia vinte e nove de janeiro, quanto ao acordo da delegação de competências, a Câmara quis manter o ponto de comum acordo, apesar da Junta não possuir mobiliário instalado no espaço público para reparar, o que interpretam como uma intenção de colocar algum durante este mandato; informou que no respeitante à limpeza e manutenção dos caminhos municipais e espaços públicos a Junta não fica responsável pela manutenção dos caminhos municipais, nomeadamente por tapar buracos nos caminhos de asfalto e cimento, e questionou se a Câmara já calendarizou quando irá repavimentar o Caminho de Baixo no Toledo ou tapar os buracos; Perguntou quando é que a Câmara irá tapar os buracos no Caminho do Mar, no Porto da Fajã; E quando pretendem concluir a entrada na freguesia de Santo Amaro, no Caminho do Cascalho, ou se já encontrou alguma solução para a entrada e o referido caminho; Questionou se a Câmara pretende qualificar os limites dos caminhos municipais. Perguntou, quanto ao Caminho do Portinho, quando será feita a construção das bermas; e se, apesar de não terem zonas



Assembleia Municipal das Velas

balneares classificadas, a Câmara tem calendarizada a construção dos balneários no Portinho. Mencionou que já lhe informaram que não é pretensão do Executivo a reabilitação do acesso à fajã Vasco Martins mas questionou se, no entanto, será possível encontrarem uma solução de um atalho pelo menos até ao Guincho, e quando será possível a deslocação da retroescavadora àquele acesso para limpar os poços do referido caminho. Por último, questionou se receberam alguma informação da Secretaria Regional da Educação quanto à manutenção da EB1/JI Santo Amaro, e se pretendem avançar com algum projeto quanto à escola que está fechada no Toledo.-----

-----A **Presidente da Assembleia** explicou que o deputado municipal antecipou o seu tempo colocando questões que se deviam inserir no período destinado aos presidentes das Juntas de Freguesia. Contudo deu a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** respondeu que relativamente ao protocolo de delegação de competências, houve negociação e inclusive uma reunião com essa Junta, no entanto dispôs-se a explicar novamente. Referiu que a Câmara das Velas antecipou-se à celebração de um protocolo de delegação de competências com as Juntas de Freguesia porque a maioria das Câmaras do país aguardam instruções, devido a uma leitura muito diferenciada. No entanto, este Município tentou celebrar estes Protocolos o mais rapidamente possível para que as Juntas comecem a receber dinheiro porque é incomportável estarem tanto tempo à espera. Já está definido que trimestralmente as juntas recebem o dinheiro, que está acautelado no orçamento. Explicou que as delegações de competências são comuns a todas as Juntas, e ditam o que é estipulado pela Lei n.º75/2013. Relativamente à delimitação dos caminhos informou que é difícil fazê-lo, pois foram-se rasgando caminhos e alguns sem serem projetados pelo que a Câmara os assumiu e o Governo não quer assumir mais caminhos, pelo que são caminhos municipais todos aqueles que não são do Governo. Quanto aos balneários do Portinho informou que apesar desse porto ser usado como zona balnear é um porto de pescas que está sob a tutela da Direção Regional das Pescas, todavia como um anterior executivo iniciou lá uma obra, que está abandonada há alguns anos, este executivo disponibiliza-se a cooperar, mas não está previsto no orçamento para este ano, terá de se



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal das Velas

rever posteriormente. Em relação ao acesso à fajã Vasco Martins informou que, dentro da disponibilidade do Município, estão dispostos, em colaboração com a Junta, a reabrir o trilho para as pessoas passarem. Aclarou que a máquina lá irá, dentro da disponibilidade, quando o presidente de Junta oficializar o pedido; contudo terão de ver as condições em que o trilho está. Quanto à questão da Escola, transmitiu que informaram o Governo Regional através da senhora diretora regional da educação, e que reuniram com o Conselho Executivo da Escola Básica de Velas, todavia os mesmos não sabem que escolas ficarão abertas; assim, oficializaram o governo a pedir esclarecimentos, para avaliarem as obras que serão ou não necessárias; mas afirma que não pretendem que as Escolas sejam fechadas por falta de obras nas mesmas. Deste modo aguardam uma resposta do Governo Regional. Quanto à Escola do Toledo afirmou que é intenção requalificar a escola para servir de centro cultural para a população da zona, pelo que irá sofrer obras, porém não está no orçamento deste ano.---

O deputado municipal **Rúben Serpa** elucidou que a máquina já está solicitada desde que começaram a fazer limpeza dos poços e que aguardam a resposta do senhor vereador. Explicou que o caminho de Baixo e o caminho do Mar estão esburacados e que precisam de algum asfalto para tapar os buracos. E pede resposta à questão da entrada de Santo Amaro.-----

-----O **Presidente do Executivo** esclareceu que relativamente à máquina já foi limpar alguns poços e que em breve irá a Santo Amaro. No que concerne aos buracos do caminho de Baixo do Toledo referiu que precisa de uma revisão de asfalto quando a empresa Tecnovia tiver disponibilidade para fazer massa asfáltica. O Presidente explicou que a Tecnovia apresentou uma proposta para além do valor da empreitada do caminho da entrada de Santo Amaro projetado no PROCONVERGÊNCIA; já receberam o orçamento, na ordem dos trinta mil euros, e não sabem se terão essa verba disponível.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal António Azevedo** que colocou duas questões. Quanto à qualidade da água potável, manifestou a sua preocupação com os níveis de cloro que as análises da água apresentam; explicou que a lei apresenta níveis entre 0,2 e 0,6 e há análises, nomeadamente na freguesia dos Rosais, que apresentam



Assembleia Municipal das Velas

valores de 0,8, o que, apesar de não serem prejudiciais à saúde, são desagradáveis ao consumidor devido ao cheiro. Deste modo, questionou quais são os planos de amostragem, pois tem de haver e tem de estar especificado, como é feita a dosagem do cloro e com que frequência, e se é mesmo necessário essa aplicação de cloro na água do consumo. Terminou as questões em relação à água, perguntando para quando está previsto um perímetro de segurança em volta das nascentes. Congratulou a atualização da página do município mas questiona a sua organização, especificando que está lá uma Junta mas não aparecem as outras e que deveria haver uma reestruturação da página porque a sua pesquisa torna-se confusa.-----

-----O **Presidente do Executivo** respondeu que em relação aos resultados das análises da água, a Câmara das Velas cumpre todos os requisitos; há uma empresa, o INOVA, que faz as análises, é um serviço autónomo, e eles definem os parâmetros de acordo com a lei. A dosagem de cloro é aplicada de acordo com os parâmetros, e estão neste momento a preparar uma candidatura para a aquisição de doseadores automáticos, para que a aplicação seja mais minuciosa. Afirmou que não têm conhecimento de nenhum problema com a água do Concelho das Velas pelo que é seguro usá-la. Aproveitou o tema para informar que na semana anterior estiveram na iminência de ficar sem água porque a água no furo da Queimada está a acabar, pelo que a bomba encravou, estando agora a trabalhar mas de forma forçada. Assim, estão a tentar resolver a questão do furo da Ribeira do Nabo. Quanto à colocação do perímetro de segurança, afirmou que é um trabalho que está a ser feito, é necessário fazê-lo nas nascentes e nos reservatórios, mas levará algum tempo, sendo um trabalho progressivo. Manifestou a preocupação do executivo com a situação da despesa com o fornecimento da água. Relativamente à página do Município explanou que têm o cuidado de pedir constantemente a quem está responsável por esses serviços a atualização; Informou que na página constam todas as Juntas de Freguesia, simplesmente que só uma está destacada, a Junta de Freguesia de Manadas, uma vez que não têm *site* próprio. Esclareceu ainda que estão a negociar para passarem a ter um domínio próprio para que possam ter uma página melhor, e informou que existem dois estagiários da Escola



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal das Velas

Profissional, da área de informática, que se ofereceram para criar uma página nova para o Município-----

-----O deputado **António Azevedo** informou que não considera a água perigosa para a saúde, a sua preocupação reside na dosagem devido ao cheiro desagradável que se liberta ao abrir as torneiras, sobretudo nos dias da aplicação do cloro, depreendendo que esse seja colocado na véspera das análises. O deputado explicou que fica preocupado com a situação do défice no preço da água e questionou se o Presidente pensa subir o preço da água ao consumidor e se sim para quando.-----

-----O **Presidente do Executivo** respondeu que não está habilitado a dizer como os serviços da água funcionam, pois não entende dessas questões técnicas, mas explicou que não tinham conhecimento da presença do cheiro a cloro na água nalgumas residências. Contudo, adiantou que o cloro não é colocado na véspera das análises pois é o INOVA que define quando essas são feitas, e salientou que nem teriam interesse em colocar o cloro na véspera. Salientou que não põe em causa o que o deputado lhe diz e irá aferir o problema junto do serviço das águas. Quanto ao preço da água afirmou que o Executivo tem a intenção de subir o preço da água, não será no ano corrente mas provavelmente para o próximo ano, pois a situação de défice é incomportável para o Município. Pretende ajustar o preço para o próximo ano e depois fazê-lo gradualmente ao longo dos anos, salientando que a colocação de contadores onde não existia também fará alguma diferença, apesar de não ser suficiente sem um reajuste de preço.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal João Estrela** que pediu o ponto de situação das empresas municipais. Pronunciou que o Presidente disse que ia convidar membros da Assembleia para integrarem o Conselho de Administração, questionou se já o fez.----

O **Presidente do Executivo** referiu que a empresa Velasfuturo, E.E.M. tem um liquidatário por isso está em funcionamento. Relativamente à empresa Terra de Fajãs, E.M.S.A. efetivamente não tem conselho de administração pois foram recusados convites e, neste momento, enviaram mais dois convites que estão com resposta pendente. Explicou que tencionam que um membro do executivo faça parte do conselho de administração mas que são precisas mais duas pessoas, que precisam de ter alguma competência em gestão para resolver os problemas. De modo sucinto explicou que



Assembleia Municipal das Velas

continuam a aguardar o relatório de auditoria do Tribunal de Contas, e que compreendem, neste momento, que se a empresa Velasfuturo, E.E.M. se extinguir, sendo essa empresa acionista única da Terra de Fajãs, E.M.S.A., essa também se extinguirá, colocando a dúvida, devido à conciliação de contas, se entrarão ou não no saneamento financeiro. Referiu que estão impossibilitados de cumprir o contrato programa que exige a transferência de dinheiro da Câmara para a empresa porque há legislação que os proíbe de o fazerem, motivo pelo qual a empresa tem despesas mas não tem receitas.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Liliana Almeida** que questionou se a loja do artesanato vai abrir, uma vez que está fechada desde o princípio do mês de janeiro. E se com o fecho das empresas é possível mantê-la aberta. Quanto aos funcionários das empresas municipais questionou se já estão abertos os concursos e como vão resolver a situação.-----

-----O **Presidente do Executivo** tomou a palavra e referiu que quanto aos funcionários tem sido estudada a situação mas que ainda não tomaram uma decisão. Explicou que seis funcionários foram internizados no Município com um contrato a termo certo, que termina a trinta e um de julho, e que é uma matéria com muita complexidade, resultando em pareceres jurídicos diferentes; uma funcionária não pôde ser internizada por falta da escolaridade mínima obrigatória por isso continua a fazer parte da empresa municipal. Realçou que abrindo concursos públicos não garante que sejam esses funcionários a ficar, eles podem participar mas as outras pessoas também, até na sequência da mobilidade interna; referiu que a Terra de Fajãs, E.M.S.A. tem uma colaboradora a trabalhar. Quanto à loja de artesanato, referiu que a mesma, propriedade da empresa Velasfuturo, E.E.M., não estava legal, e informou que há um acordo com a Associação Regional do Turismo – ART que têm um quiosque que passará a funcionar no todo do edifício, pelo que ficarão com o espaço central; informou que já fizeram um inventário do material da loja de artesanato pelo que poderão pagar aos artesãos o que está em dívida e a ART selecionará o material de artesanato local que pretende ficar.----

-----Não havendo mais inscrições neste período, a Presidente abriu o **período para os Presidentes de Junta de Freguesia**.-----



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal das Velas

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia de Rosais**, o deputado André Ataíde, que começou por felicitar o trabalho do Executivo nas obras contínuas no Edifício Sol. O deputado perguntou ao Presidente do Executivo quando estará resolvida a situação do saibre, por causa dos caminhos danificados, e se o executivo sabe quando voltarão a trabalhar no caminho de acesso à Fajã de João Dias.-----

-----O **Presidente do Executivo** respondeu que estão efetivamente a acompanhar a obra do Edifício Sol para que o empreiteiro cumpra com o que ficou estipulado aquando do pagamento. Relativamente ao saibre, informou que aguardam a resposta do senhor secretário quanto à retirada de saibre do terreno que é propriedade do Governo e quanto à cedência da giratória dos Serviços Floresta: o senhor secretário informou-o que já deu diretrizes à senhora diretora regional para entrar em contacto com a senhora delegada dos Serviços Florestais da ilha de São Jorge para em breve se proceder à abertura da saibreira. No que respeita ao caminho da Fajã de João Dias informou que será feito mas que não sabe quando porque não está previsto neste orçamento.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia das Manadas**, o deputado Vasco Pinto, que congratulou a visita da Câmara à Junta de Freguesia das Manadas e sugeriu que essa se mantenha com alguma regularidade. Referiu que abordou o Presidente do Executivo sobre as zonas balneares das Manadas e que esse lhe disse que as Manadas têm portos de pesca, contudo referiu que falou com o representante da Associação de Pescadores que lhe respondeu que não são portos de pesca, que quanto muito seriam portos de abrigo, pelo que o deputado pesquisou legislação sobre o tema e não encontrou nada a referir que são portos de pesca, encontrou, entre outros, o Decreto-Lei n.º 24/2011 que refere que o porto dos Terreiros é um porto da classe E, um “portinho”, e afirmou que o POOC da ilha de São Jorge o classifica como zona balnear tipo dois. Manifestou a sua preocupação face à gestão destas zonas por ser um “cartão de visita” e que precisam de intervenções, nomeadamente o bar dos Terreiros. Terminou com a questão da distribuição de combustível porque receberam comunicação do executivo de que as Juntas que possuem máquinas – Rosais e Norte Grande uma retroescavadora e Manadas uma Bobcat, irão receber uma verba de dois mil e quinhentos litros, para as duas primeiras, e mil duzentos e cinquenta para as Manadas;



Assembleia Municipal das Velas

pelo que considera o critério injusto visto que apenas recebem metade e a máquina tem muito desgaste quer de combustível quer de pneus. Referiu que não considera justo que recebam o mesmo gasóleo que as outras Juntas e defende que devem pelo menos receber dois terços. Explicou que poderia parar a máquina mas que dada a conjuntura não pode recusar este dinheiro, simplesmente irá parar a mesma quando gastar a verba despendida pelo executivo para o gasóleo.-----

-----O **Presidente do Executivo** tomou a palavra para referir que as visitas institucionais às Juntas de Freguesia são para manter, para além de outras visitas sempre que o seja necessário. Em relação ao combustível respondeu que a opção foi a de dar às Juntas que possuem máquinas, porque assim o optaram, algum combustível, porque os trabalhos que essas fazem com as máquinas invalidam a necessidade da Câmara lá ir com as suas, sendo uma mais-valia para a Câmara, todavia explicou que o combustível que a Câmara lhes dá não é suficiente para aquelas máquinas porém consultaram os serviços do armazém da Câmara que lhes informou que uma bobcat gasta metade do combustível de uma retroescavadora. Em relação às zonas balneares explicou que já interpelaram o Governo Regional a pedir esclarecimentos quanto à competência de gestão das zonas balneares mas ainda não obtiveram resposta e explicou que tem de ficar definido a quem cabe a gestão, pelo que cabe ao Município a gestão da Poça dos Frades e da Preguiça. E referiu que, no caso do Porto dos Terreiros, o senhor diretor regional das pescas transmitiu ao deputado que lhe deram verba para realizar as obras recentes naquele porto, pelo que o Presidente da Junta pode oficializar o empreiteiro - que tem de dar garantia à obra, para arranjar o que o mar estragou porque demonstra má construção e que se o mesmo se recusar a Direção Regional das Pescas irá acionar os seus direitos. Terminou explicando que não podem assumir algo que não é do Município e que o presidente de Junta não pode querer apenas que seja responsabilidade sua o que dá receita e afastar o que dá prejuízo mas que oferecem total disponibilidade para ajudar na manutenção das mesmas. O Presidente do Executivo aproveitou a ocasião para deixar o reconhecimento pela cooperação das Juntas de Freguesia pela colaboração institucional dos presidentes de Junta com o presidente do Executivo enquanto responsável pela Proteção Civil, aquando dos fortes ventos que ocorreram na



Assembleia Municipal das Velas

ilha, pois estiveram todas prontamente no terreno a socorrer as pessoas e desobstruir as estradas.-----

-----A **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao deputado Rui Sequeira para que o mesmo tivesse oportunidade de fazer esclarecimentos sobre questões técnicas.-----

-----O deputado **Rui Sequeira** explicou que pediu a sua intervenção porque tem algum conhecimento na matéria, nomeadamente quanto ao POOC. Referiu que no POOC incluíram zonas balneares que já existiam ou que havia pretensão de existirem; Houve uma comissão com elementos dos dois Municípios que classificaram as zonas. Mencionou que o Município não é obrigado a ter zonas balneares mas que havendo são uma competência do mesmo, podendo esse explorá-las ou dar à concessão.-----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia das Manadas**, o deputado Vasco Pinto, voltou a usar a palavra para dizer que não pretende apenas o que dá receita e não prejuízo, tem como assente que o bar dos Terreiros e o bar da Fajã das Almas são da Junta mas, explicou, mesmo uma zona balnear tipo dois tem de ter alguns apoios, designadamente balneares, e que o bar os possui pelo que não são apenas para os clientes mas antes para todos os banhistas, e que certamente precisarão de apoio da Câmara para manter aquelas zonas. Solicitou ao presidente do Executivo que esclarecesse os ouvintes sobre as medidas para o abastecimento de água das Manadas.--

-----O **Presidente do Executivo** concluiu que, relativamente às zonas balneares, o esclarecimento do deputado Rui Sequeira é muito útil devido à compreensão da matéria, conquanto referiu que apesar de o POOC classificar as zonas como balneares não esclarece quem é o responsável pela gestão das mesmas. Esclareceu que não tem dúvidas de que as zonas balneares devem ser um “cartão de visita” do concelho e afirmou que a Câmara está disponível para colaborar, dentro da disponibilidade, com os presidentes de Junta na manutenção das zonas balneares. Quanto ao abastecimento de água referiu que as Manadas têm um problema físico que impossibilita a chegada da água e que, por isso, estão a avaliar o que é possível para resolver a situação. A questão do problema do abastecimento de água é prioritária para este Executivo, particularmente nesta freguesia, porque a colocação de água nessa é dispendiosa.-----



Assembleia Municipal das Velas

-----A **Presidente da Assembleia** referiu que apesar de não ser o período indicado, tinha a informar os deputados de que não foi possível reunir a Comissão Permanente para proceder a alterações no regimento da Assembleia mas que irá diligenciar para trazer esse assunto na próxima sessão ordinária. Após esta informação, a presidente procedeu à leitura de uma proposta da mesa da Assembleia a propor a leitura e apreciação das atas previamente às sessões, de modo a que apenas sejam aprovadas, e retificadas se necessário, nas sessões. Colocou esta proposta à consideração dos deputados municipais.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Bettencourt** que expressou que as atas deveriam estar no período de antes da ordem do dia para que produzissem efeito imediato, ao invés de se enquadrarem no período da ordem do dia.-----

-----A **Presidente da Assembleia** explicou que o regimento da assembleia refere que as atas podem ser incluídas no período antes da ordem do dia, contudo nos últimos quatro anos as mesmas foram incluídas no período da ordem do dia para que possam integrar os documentos enviados, previamente à sessão, aos deputados municipais, e como ainda não procederam a alterações ao regimento optou por agir nesses conformes. Colocou a proposta a aprovação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Terminado o período antes da ordem do dia, iniciou-se o **período da ordem do dia**.-----

-----A **Presidente da Assembleia** enunciou que iria usar o seu direito de voto conforme exposto no artigo 41º n.º3 do regimento «O Presidente da Assembleia apenas utiliza o seu direito de voto quando expressamente o declare à Assembleia».-----

-----Iniciado o **primeiro ponto** da ordem do dia, para **aprovação das Atas n.º2 e n.º3**, a presidente da Assembleia dispensou a leitura das mesmas, com a concordância de todos os deputados municipais, questionando se algum dos deputados se pretendia inscrever para efetuar retificações.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Rui Sequeira** que mencionou, relativamente à ata n.º2 na página doze, uma retificação a fazer no discurso do



Assembleia Municipal das Velas

Handwritten signature in blue ink.

Presidente do Executivo pelo que lhe parece incorreto o que está escrito, de que a Câmara possui uma máquina giratória que estaria a trabalhar na Caldeira.-----

-----O **Presidente do Executivo** retificou porque a Câmara não possui nenhuma máquina giratória nem a mesma estaria na Caldeira.-----

-----A **Presidente da Assembleia** proferiu que essa retificação será feita e colocou a ata nº2 a aprovação. Tendo a referida ata sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente colocou a ata n.º3 a aprovação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto dois** da ordem do dia; **Informação Escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do nº. 1 do artigo 2º. deste regimento**, e abriu as inscrições.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Rui Sequeira** que exaltou da informação, uma visita à Casa Cunha da Silveira pelo que sobre a mesma pretende saber se o executivo atual tem o mesmo objetivo que o anterior, a dar em termos de valências ao edifício- um museu.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que já ocorreram duas visitas à Casa Cunha da Silveira, acompanhadas pelo senhor vereador, pelo arquiteto municipal, pelo engenheiro responsável pelo projeto e pelo engenheiro responsável pelo empreiteiro, e que existem algumas falhas a colmatar, nomeadamente que o projeto especifica que é uma Casa Museu mas que não está projetado nesse sentido, pelo que não sabem qual é o destino final do edifício. Mencionou que apenas sabem o destino das antigas cavaliarias que será, para sede dos Escuteiros, devido à existência de um contrato ARAAL com o Governo.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal António Azevedo**, referiu ter presenciado a aplicação de herbicidas no centro das Velas sem aviso prévio, com uma máquina de alta pressão a emanar gases enquanto as pessoas circulavam, e apenas um, de dois funcionários, devidamente equipado, fazendo uma chamada de atenção para que esse trabalho seja feito em horas que as pessoas não estejam a circular e com a colocação de um aviso prévio.-----



Assembleia Municipal das Velas

-----O **Presidente do Executivo** explicou que o equipamento usado é o adequado e o único que existe. Salientou que tinham de retirar limos da calçada, inclusive que já tinham sido acusados por não o fazer, pelo que o fizeram antes do que haviam projetado. As diretrizes dadas, e que acompanhou, é a de que as máscaras foram dadas aos trabalhadores, apesar de que algum possa ter optado por não usar, e que a pulverização fosse feita durante a noite. Conquanto, aceita a hipótese de que como começou a chover e os trabalhadores ainda tinham produto para pulverizar, os mesmos tenham optado por gastá-lo numa aplicação durante o dia, mas que irão averiguar o que ocorreu.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Luís Bettencourt**, questionou se havia algum desenvolvimento quanto ao processo de contencioso. Perguntou, quanto a uma reunião no dia vinte e nove de janeiro com o senhor Rui Bettencourt, relativamente à nova metodologia de transportes, se a Câmara foi envolvida na nova metodologia integrada de transportes.-----

-----O **Presidente do Executivo** indicou que não houve evolução tramitual nos processos em tribunal, razão pela qual não os referenciou novamente na informação escrita. Em relação aos transportes terrestres afirmou que houve a reunião com o novo proprietário da empresa, que transmitiu a preocupação com a limpeza e cortes de árvores em duas zonas que incomoda os autocarros ao passarem. Numa dessas zonas, no caminho em Santo António, foi feita a limpeza pelo presidente da Junta do Norte Grande, e a limpeza na outra zona, na Ribeira do Nabo, foi feita pela Câmara em parceria com a Junta de Freguesia da Urzelina. Informou que esse senhor pretende fazer algumas alterações no horário dos transportes, além de que pretende uma viatura mais pequena para fazer, pelo menos, o transporte das pessoas nas zonas mais próximas à Vila das Velas. Por último, referiu que serão estabelecidas duas zonas de recolha e largada de passageiros, uma junto ao auditório municipal e uma junto ao Eurovelas, posteriormente colocarão a sinalização devida. Quanto à rede integrada de transportes elucidou que a Câmara com este Executivo não foi consultada nessa matéria, pelo que não sabe se terá sido aquando do anterior, visto que é um documento a ser realizado já há algum tempo. Informou a Assembleia que a Câmara foi consultada pela



Assembleia Municipal das Velas

Handwritten signature in blue ink.

Atlânticoline, quanto aos horários dos navios, e numa análise conjunta com o presidente do Núcleo Empresarial, também vereador da Câmara, para aferir se os mesmos seriam ou não pertinentes, confirmaram que os mesmos estão de acordo com as necessidades do Concelho. Explanou, por último, que lhe foi transmitido que a empresa não recebe nenhum subsídio do Governo Regional para fazer o serviço público terrestre porque ficariam obrigados a cobrar um determinado valor aos utilitários do transporte, que consideraram baixo, e sem esse subsídio não ficam limitados.-----

-----A presidente da Assembleia passou para o **ponto três** da ordem do dia; **Regularização do saldo devedor ao abastecimento de água e recolha do lixo do munícipe José Luís Maciel**, abriu as inscrições aos deputados municipais.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Luís Pereira** que mencionou existir, no documento apresentado pela Câmara, uma contraposição visto que entendem, por um lado, não atribuir uma indemnização, mas por outro poupar a cobrança de seis meses de água. Informou que no Decreto-Lei n.º 34021 de onze do onze de mil novecentos e quarenta e quatro, ainda em vigor, todos os munícipes e proprietários de terrenos têm de permitir a passagem de tubagens e restantes infraestruturas para o abastecimento de água, e que essa lei coadjuvada pelo Decreto-Lei n.º 123/2010 refere que esses proprietários têm direito ao recebimento de indemnizações, pelo que considera que o senhor Luís Maciel deve ter direito a uma indemnização. Pede, também, que haja uma reformulação da proposta visto que enuncia uma «isenção» e considera que existe na realidade um perdão de dívida.-----

-----O **Presidente do Executivo** tomou a palavra e explicou que o munícipe em questão respondeu ao ofício da Câmara explicando porque não pagava a água, o que se revela no pedido do anterior executivo de passar condutas no terreno do mesmo, que autorizou em determinados termos que o anterior executivo não cumpriu. Referiu que o munícipe expõe a situação e pede uma solução que o executivo atual considere razoável, pelo que estes entenderam perdoar os últimos seis meses de água, até dezembro, e que o senhor passe a pagar a água de modo regular a partir de janeiro. Mencionou que o perdão de dívida da Câmara tem de ser validado pela Assembleia Municipal e que se entenderem que a medida não deve ser esta que devem expô-la, contudo que se



Assembleia Municipal das Velas

pretendem pagar uma indemnização têm de justificar em que termos querem que se pague e de onde devem retirar esse dinheiro.-----

-----O deputado **Luís Pereira** voltou a usar a palavra e referiu que querem poupar a dívida de seis meses, que no seu entender inclui abusivamente o lixo, pois é a prestação de dois serviços e ele foi apenas incomodado com o serviço da água. Pediu que o executivo reconheça que há uma contrapartida pelo direito de passagem porque no primeiro ponto do documento dizem que não, e que ao reconhecer que irão poupar a dívida da água está a dar uma contrapartida, retirando sentido ao primeiro parágrafo. Referiu, por último, que se devem finalizar os trabalhos no terreno do senhor para diminuir o impacto da inutilização do terreno e sanar a situação.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que o deputado não estava a fazer uma interpretação correta da proposta porque aquilo que dizem é que reconhecem que no passado não foi dada nenhuma contrapartida ao senhor Maciel. Por último mencionou que esta medida foi a considerada razoável pelo executivo mas que se a Assembleia assim não o entender pode colocar à consideração outra proposta. Salientou que já têm feito melhorias no terreno mas tratando-se de um problema que data de há oito anos tem de ser um trabalho gradual.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira** que referiu, no seu entender, que a situação é a de honrar compromissos do anterior executivo e que se as duas partes estiverem de acordo não existe problema.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal João Estrela** que manifestou concordar com a deputada Fátima Silveira e discordar com o deputado Luís Pereira pois considera que a pessoa foi prejudicada, fez um pedido extremamente razoável, e a Câmara chegou a acordo com o senhor, não existindo problema a discutir.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal António Azevedo** que referiu que não discordam com a proposta, no entanto que consideram que a proposta não está bem redigida e devia ser reformulada porque afirmam que não existe contrapartida e depois perdoam a dívida.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Rui Sequeira** que alegou que ao ler o documento entendeu que o atual executivo não reconhecia contrapartida por não haver



Assembleia Municipal das Velas

nada, considerou que poderiam reformular a proposta mas que não considera pertinente visto que já debateram o assunto e compreenderam a pretensão do executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** terminou a discussão explicando que não havia contrapartida porque passaram as tubagens mas não deram nada ao senhor, que só haverá depois de a Assembleia aprovar a proposta.-----

-----A **Presidente da Assembleia** concluiu que o problema era uma questão de interpretação e colocou a proposta a aprovação. A proposta foi **aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto quatro** da ordem do dia; **Proposta de celebração de protocolo com a freguesia da Urzelina, para a cedência de apartamentos “Urzelina Férias”**, questionou se havia inscrições. Na falta de inscrições pediu ao presidente do Executivo que de forma sucinta desse alguns esclarecimentos aos ouvintes, que não tiveram acesso aos documentos.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que a Câmara é proprietária de uns apartamentos na Urzelina que cedem à Junta de Freguesia para exploração. Como o contrato terminou elaboraram um protocolo para voltar a ceder, durante oito anos, esses apartamentos à Junta da Freguesia da Urzelina, ficando essa responsável pela manutenção e as receitas que receberem será um contributo para a mesma.-----

-----A **Presidente da Assembleia** colocou o documento a votação: sendo a **proposta aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto cinco** da ordem do dia; **Celebração de acordos de execução individuais com as Juntas de Freguesia: Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e S. Amaro**, questionou se havia inscrições e na falta dessas deu a palavra ao Presidente do Executivo para dar alguma explicação sucinta, visto que o documento já havia sido comentado ao longo da sessão.-

-----O **Presidente do Executivo** explicou que são delegações de competências nas Juntas de Freguesia para cumprirem com a Lei n.º75/2013 e para que as Juntas saibam quando vão receber as suas verbas.-----

-----A **Presidente da Assembleia** prosseguiu com a votação: A proposta foi **aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----



Assembleia Municipal das Velas

-----A Presidente passou para o **ponto seis** da ordem do dia; **Celebração de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia: Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e S. Amaro**, questionou se havia inscrições, não havendo, e como o documento já havia sido explicado pelo presidente do Executivo, colocou o documento a votação: **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente passou para o **ponto sete, aditado à ordem do dia; Atribuição da remuneração complementar**, abriu as inscrições.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal António Azevedo** que congratulou a proposta e questionou qual a posição do executivo em relação às trinta e cinco e às quarenta horas semanais.-----

-----O **Presidente do Executivo** usou a palavra para explicar que a atribuição da remuneração complementar foi uma decisão do executivo, sendo essa um contributo aos colaboradores e à economia local pois dá mais algum poder de compra aos colaboradores da Câmara e ao sustento das suas famílias. Explicou que devido à existência de uma redução remuneratória, a atribuição da remuneração complementar importa uma despesa nos cofres do Município de sensivelmente trinta e dois mil euros, o que consideram sustentável. Quanto às trinta e cinco horas afirmou que já receberam propostas dos sindicatos e que as devolveram, não estando disponíveis para assinar esses contratos porque quando tomaram posse já estava estabelecido as quarenta horas, além disso os trabalhadores da administração central e os trabalhadores da administração regional têm quarenta horas, não consideram justo diferenciarem-se com trinta e cinco horas. Informou que apenas estariam dispostos a abrir esse processo de redução se o Governo Regional dos Açores o colocasse em prática, e que essa redução necessita de uma aprovação pela Secretaria de Estado, caso contrário seriam penalizados nas transferências de orçamento do Estado.-----

-----A **Presidente da Assembleia** colocou o documento a votação: foi **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto oito, aditado à ordem do dia; Primeira revisão ao orçamento de 2014**, abrindo as inscrições.-----



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal das Velas

-----Inscreveu-se o **deputado municipal António Azevedo** que informou que à semelhança do que sucedeu com a aprovação do orçamento, a posição do grupo municipal do PSD é o da abstenção.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira** que informou que a posição do grupo municipal do PS é a mesma do orçamento, havendo consenso a favor.-

-----O **Presidente do Executivo** tomou a palavra, dada pela presidente, manifestando que compreenderam a posição dos dois grupos municipais, apesar de lamentar a postura do PSD em relação a esta matéria pois limita-se a entrada de receita que não estava prevista; Uma deve-se a acerto de contas com a EDA, a outra respeita a outro acerto de contas com uma companhia de seguros.-----

-----O deputado **António Azevedo** mencionou que o grupo municipal do PSD concorda com a receita mas que não concorda com a atribuição à rubrica “outros” por ser muito vago.-----

-----O **Presidente do Executivo** referiu que não coloca em causa a posição do PSD que é legítima mas que se esse grupo tem dúvidas que as podia colocar porque as esclarece. Esclareceu que na rubrica “outros” estava a menção do que são, materiais para a Câmara, como tintas ou areias.-----

-----A Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação: **catorze votos a favor**, seis do Grupo Municipal do Partido Socialista, sete do Grupo Municipal do Partido Popular e um voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, e **sete abstenções** do Grupo Municipal do Partido Social Democrata. Sendo a mesma **aprovada por maioria e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente passou para o **ponto nove, aditado à ordem do dia; Atribuição da medalha de prata do Município**, explicando que é um ponto apenas para conhecimento, dando a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** usou a palavra para dizer que por norma no dia vinte e três de abril, dia de São Jorge, são entregues algumas medalhas a personalidades ou instituições reconhecidas pelo contributo ao Concelho. Informou que este ano essas festas terão por tema a comemoração dos cinquenta anos do sismo de mil novecentos e sessenta e quatro. Explicou que, neste contexto, já existe uma proposta, pelos anteriores



Assembleia Municipal das Velas

membros da Assembleia, de atribuição da medalha de prata à senhora Encarnação Soares, e que este executivo pretende atribuir uma medalha de prata a alguém que se tenha destacado no âmbito do sismo de mil novecentos e sessenta e quatro. Após alguma pesquisa, compreenderam que o senhor Fernando Gambão, antigo condutor das obras públicas, foi alguém que colaborou muito durante o sismo, tendo sido o único condutor de instituições públicas a ficar na ilha para ajudar durante aqueles dias. Referiu que o senhor já faleceu mas que tem família na ilha, a quem se pode entregar a medalha.

-----**A Presidente da Assembleia** perguntou se alguém se pretendia inscrever mas não houve resposta. Assim, congratulou o Executivo pela atribuição da medalha de prata ao senhor Fernando Gambão.-----

-----Finda a ordem de trabalhos, a Presidente desejou um bom carnaval a todos e **deu por encerrada a sessão.**-----

-----**Encerrada a sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia.**-----

Yana Paul Góis Sena
Manoel de Jesus Lúcio Gonçalves
F. Lúcio



Assembleia Municipal de Velas

Proposta

Considerando que as sessões da Assembleia Municipal tornam-se extensas devido à complexidade dos assuntos debatidos, as atas que resultam dessas são longas e exigem uma leitura cuidada.

Considerando que os documentos são disponibilizados com antecedência aos senhores Deputados Municipais, o que permite a sua leitura e apreciação.

Considerando que a leitura das atas nas sessões torná-las-ia ainda mais exaustivas.

A mesa da Assembleia propõe:

Que as atas sejam lidas e apreciadas pelos Deputados Municipais antes da data da sessão e que nesta apenas sejam feitas correções, caso se considere pertinente, e se submeta a aprovação.

28 de fevereiro de 2014

A mesa da Assembleia



REQUERIMENTO

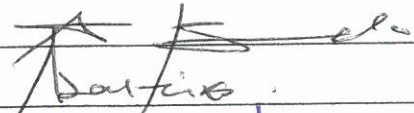
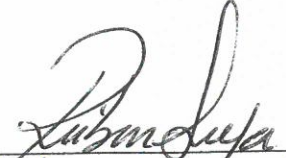
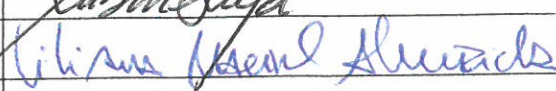
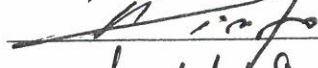
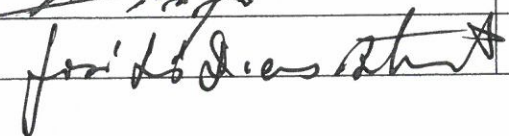
A Escola Profissional de São Jorge, entidade tutelada pela Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge, é, sem qualquer dúvida, uma Instituição de carácter vital no desenvolvimento deste Concelho e da própria Ilha, quer a nível social, quer ao nível económico.

Tendo em atenção que o actual executivo assumiu a responsabilidade “a cem por cento” desta entidade, importa perceber o plano estratégico e de actuação que pretende o mesmo implementar com vista a uma resolução sustentável de uma situação que se afigura preocupante.

O Grupo Municipal do PSD manifesta a sua preocupação e pede esclarecimentos nos seguintes pontos:

- Constando do manifesto eleitoral do Executivo em funções, pergunta-se o que se deve entender por “reestruturar e consolidar a Escola Profissional da Ilha de São Jorge”?
- Qual o valor do passivo e encargos mensais aquando da tomada de posse do novo conselho executivo e qual o valor do passivo e encargos mensais à data actual?
- Existem, ou não, contactos feitos com entidades governamentais sobre a situação da Escola? Em caso afirmativo, qual a posição dessas entidades sobre esta matéria?
- Finalmente pergunta-se sobre a contratação de um profissional da área financeira e sobre o trabalho desenvolvido por este até à data.

Velas, 28 de Fevereiro de 2014

 António	 Ruben Lapa
 António	 António
 António	
 António	
 António	



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014 deliberou aprovar em minuta, o ponto referente à Primeira Revisão ao Orçamento de 2014, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, a parte da ata referente à **Primeira Revisão ao Orçamento para 2014**, tendo sido aprovado por maioria com catorze votos a favor, com seis do Grupo Municipal do Partido Socialista, sete do Grupo Municipal do Partido Popular e um voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, e sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.*

A referida proposta de revisão do orçamento de 2014 implica o reforço de catorze mil e cinquenta e sete euros nas rubricas "outras receitas" e "despesa corrente".

Velas, 01 de março de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014 deliberou aprovar em minuta, por unanimidade, o ponto referente à Celebração de Acordos de Execução Individuais com as Juntas de Freguesia: Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e Santo Amaro, tendo a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade a parte da ata referente à Celebração de Acordos de Execução Individuais com as Juntas de Freguesia da Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e Santo Amaro, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.

Velas, 01 de março de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014 deliberou aprovar em minuta, por unanimidade, o ponto referente à Atribuição da Remuneração Complementar, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, a parte da ata referente à **Proposta de Atribuição da Remuneração Complementar**, decidindo atribuir a remuneração complementar aos trabalhadores do Município, que envolve um custo efetivo para o Município na ordem dos trinta e dois mil euros, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.*

Velas, 01 de março de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014 deliberou aprovar em minuta, por unanimidade, o ponto referente à Regularização do Saldo Devedor ao Abastecimento de Água e Recolha de Lixo do Munícipe José Luís Maciel, tendo a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, a parte da ata relativa à Regularização do Saldo Devedor ao Abastecimento de Água e Recolha de Lixo do Munícipe José Luís Maciel, não sendo cobrado o saldo devedor dos consumos de água no valor de 142,48€ (cento e quarenta e dois euros e quarenta oito cêntimos) como contrapartida dos direitos de passagem e retomando-se a cobrança normal no mês de janeiro de 2014, tendo sido aprovado por unanimidade.

Velas, 01 de março de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014 deliberou aprovar em minuta, por unanimidade, o ponto referente à Proposta de Celebração de Protocolo com a Freguesia da Urzelina para cedência dos apartamentos “Urzelina Férias”, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade a parte da ata referente à **Proposta de Celebração de Protocolo com a Freguesia da Urzelina** para cedência dos apartamentos “Urzelina Férias” durante oito anos, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.*

Velas, 01 de março de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



Assembleia Municipal de Velas

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014 deliberou aprovar em minuta, por unanimidade, o ponto referente à Celebração de Contratos Interadministrativos Individuais com as Juntas de Freguesia: Urzelina, Rosais, Velas, Norte Grande, Manadas e Santo Amaro, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, a parte da ata referente à **Celebração de Contratos Interadministrativos Individuais com as Juntas de Freguesia da Urzelina, Rosais Velas, Norte Grande, Manadas e Santo Amaro**, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.*

Velas, 01 de março de 2014

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira